



AB  
JCL

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA N.º 2/04

1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2004

31 de Março de 2004

Os trabalhos foram iniciados às 21 horas.

Mesa da Assembleia: Presidente, António Ramos Preto.

Primeiro Secretário, Maria Arlete Rocha Rodrigues.

Segundo Secretário, José Manuel Tavares Teodoro.

Membros presentes: Todos, excepto o senhor João Lourenço Vieira, conforme consta da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o senhor Presidente, Joaquim Raposo, o senhor Vice Presidente Gabriel Oliveira e os senhores Vereadores Carla Tavares, João Bernardino, José Coutinho, José Evangelista, Maria João Bual e Vasco Jardim.

Verificado o Quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia da Buraca, Mina e Venteira se fizeram representar, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo n.º 38.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, pelos senhores Luís Miguel Lourenço Ascensão, Fernando Octávio da Costa Santos e Fernando Pires Salvador. (Documentos anexos à presente Acta).

## I – TOMADA DE POSSE

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que solicitaram a sua substituição nesta sessão, ao abrigo do n.º 1 do Artº. 79º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, a senhora Rita Mafalda Nobre Borges Madeira, do PS e o senhor Luís Manuel Isidro Guarita, do PSD. (Documentos anexos à presente Acta).

Informou também de que, em conformidade com o n.º 2 do Artº. 78º. Da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, os membros substitutos são os senhores Fernando Manuel dos Reis Batista Gonçalves Raposo, do PS e Rafael Duarte dos Santos Evaristo, do PSD. De seguida foi-lhes dada posse (Documentos anexos à presente Acta).

## II - ORDEM DO DIA

### PROPOSTA:

**Ponto único** – Apreciação e tomada de posição, nos termos da alínea o) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, sobre a situação da *Sorefame/ Bombardier*”.

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou A Ordem do Dia a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 38 membros presentes.

(Documento anexo à presente Acta).





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

### III – CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo constante das folhas que se anexam com este título.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que por consenso dos Representantes dos Grupos Municipais, considerando a natureza da Sessão, tinham sido dispensados os períodos de intervenção do Público e de Antes da Ordem do Dia pelo que se entraria de imediato no Período da Ordem do Dia.

### IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**Ponto único** – Apreciação e tomada de posição, nos termos da alínea o) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, sobre a situação da *Sorefame/ Bombardier*”.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que em Sede de Conferência dos Representantes dos Grupos Municipais, foi definida a seguinte metodologia para esta Ordem do Dia. Uma intervenção de cada Grupo Municipal, assim como do senhor Presidente da Câmara, se assim o entender, com a duração máxima de 10 minutos, seguindo-se o período de discussão com a duração de 90 minutos, com distribuição Regimental. Informou ter dado entrada na Mesa 3 Projectos de Moção e 1 Proposta de Recomendação. Atendendo à ordem de entrada na Mesa, os Projectos foram classificados como: Projecto da CDU- Projecto A; Projecto do PS- Projecto B; o Projecto conjunto do PSD e do CDS-PP- Projecto C.

A Proposta de Recomendação que foi apresentada pelo PSD.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que tendo a Assembleia sido convocada por sua iniciativa, excepcionalmente, faria uma intervenção, que se transcreve na íntegra:



“Senhores deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal da Amadora e no quadro dos poderes que legalmente me são conferidos, decidi proceder à convocação da presente Assembleia Municipal a qual vem subordinada a um único Ponto, apreciação pelos Senhores Deputados Municipais e pelo Senhor Presidente da Câmara, em nome da Câmara, se também, e estou certo que o fará, entender associar-se a este debate, da situação que ocorre na Bombardier, comumente conhecida, pelos Amadorenses e pelos Portugueses, em geral, como Sorefame. O Município da Amadora, quer através dos representantes da População na Assembleia Municipal, quer através dos seus representantes na Câmara Municipal, quer nas Assembleias e quer nas Juntas de Freguesia, sempre teve plena consciência da importância estratégica da Sorefame e sempre manifestou um especial carinho por esta Empresa de referência da Indústria Nacional e sempre, fosse qual fosse qual fosse o Partido que suportasse o Governo Central, o Município da Amadora alertou o Poder Político Central para as diversas situações que fizessem perigar o normal funcionamento desta Empresa que é estratégica, repito, para a Economia Nacional, para o Sector Industrial em geral e para o Sub-sector Ferroviário em particular. No que respeita à Assembleia Municipal quero aqui realçar o facto de em 4 de Julho de 2003, vai fazer, daqui a dois ou três meses um ano, por unanimidade dos seus Deputados Municipais, ter sido aprovado uma Moção alertando para o perigo de encerramento, se não fossem tomadas um conjunto de medidas que dessem satisfação à capacidade produtiva da Sorefame a partir de Abril de 2004. À data, a Assembleia Municipal, por Moção aprovada por unanimidade, exigiu que o Governo da República tomasse medidas imediatas e inércia na defesa dos postos de trabalho e da continuação da actividade produtiva da Bombardier/Sorefame. Solicitou à Câmara que intervisse junto do Governo nesse sentido e tornámos público o firme propósito de todos Deputados em não colaborar com quaisquer tentações de aproveitar a revisão Ordinária do PDM da Amadora para alterar a utilização dos Solos da Zona Industrial da Falagueira/Venda Nova. No dia 30 de Outubro de 2003, atenta à circunstância de não se vislumbrar qualquer evolução palpável da situação, o que faria com que em Abril de 2004 a Bombardier/Sorefame ficasse sem carteira de encomendas, a Assembleia Municipal da Amadora aprovou nova





AS  
glt

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Moção que remeteu a Sua Excelência o Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República e ao Senhor Primeiro Ministro. Nesta segunda Moção a Assembleia Municipal alertava para o facto de a Bombardier/Sorefame constituir um centro tradicional de competência, ser um expoente de Engenharia Portuguesa e uma das mais importantes saídas profissionais para alguns dos formados em Engenharia, continuando a fornecer apoio pedagógico à Universidade, em particular à Investigação Portuguesa, através da participação em Projectos de Cooperação e Investigação Europeias, alguns dos quais lidera, como muitos que estão aqui sabem, como o Projecto Save/Train. Alertamos para o facto de que, no contexto do Plano Nacional Ferroviário, a Bombardier/Sorefame é a única Empresa do País com capacidade técnica e competência necessária para satisfazer as necessidades de Material Circulante, no futuro, tão fundamental para o nosso desenvolvimento. Referimos que a Empresa tem grandes potencialidades e apenas depende das encomendas que o Governo pode e deve ter em conta, no Orçamento Geral do Estado, disponibilizando verbas para alguns Projectos para que a Empresa possa continuar a produzir e a criar riqueza, já que esta é uma das Empresas estratégicas que pode ajudar o País a sair das dificuldades que atravessamos, dizíamos então. Por fim chamámos à atenção para o facto de estarem em causa cerca de 500 postos de trabalho directos e o emprego de cerca de 1.000 trabalhadores de Empresas que laboram directamente para a Bombardier/Sorefame o que, além do mais, representa cerca de 9% dos trabalhadores da Indústria do Concelho da Amadora. Poder-nos-iam ter respondido que o Estado, que o Governo, nada podia fazer porque não havia necessidade dos produtos que são produzidos pela Sorefame, no entanto, respondendo às preocupações do Senhor Presidente da República, dos Sindicatos e de todos os Órgãos do Município da Amadora, o Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação informou os Sindicatos, o Senhor Presidente da República e o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de que tinha feito um levantamento das necessidades de fornecimento de novo material circulante, no que se refere às Empresas tuteladas por este Ministério, sendo o ponto da situação o seguinte: Metropolitano do Porto necessitavam de cerca de 10 veículos, cujo concurso que estaria em fase de avaliação de Propostas, isto em 26 de Fevereiro deste ano; Caminhos de Ferro Portugueses necessitavam de adquirir 25 Locomotivas Eléctricas mais 12 Reboques



3.500 para material da LUDEC em serviço Suburbano, mais a aquisição de 8 UMES-Bitenção; Metropolitano de Lisboa necessitaria de uma encomenda de cerca de 30 Carruagens e o Metro Ligeiro de Coimbra de uma aquisição de cerca de 24 Veículos tipo Metro Ligeiro, ou Treme Train, ou seja, o Orçamento de Investimento em 2004/2006 entre Veículos de Metros Ligeiros, Locomotivas Eléctricas, Reboques e Carruagens para o Metropolitano vai ser necessário adquirir 114 unidades em 3 anos, a acrescentar as unidades necessárias para um futuro TGV. A questão que se coloca é se estas unidades, representando milhões de Euros de Investimento, devem ser produzidas em Portugal ou se devem ser encomendadas no Estrangeiro com todas as consequências que resultam de uma ou de outra atitude. Esta é a questão chave e, para responder a ela, os Senhores Deputados Municipais, através de alguns dos seus Grupos Municipais, apresentaram diversas Propostas que vão ser apreciadas nesta Reunião. Todos os Deputados Municipais da Amadora estão preocupados com esta questão e ao longo das últimas Assembleias têm sido unânimes para que se tomem medidas para a salvaguarda dos postos de trabalho o que implica que se evite o desmantelamento da Fábrica da Amadora. As Moções que me chegaram até ao momento continuam todas a apelar no mesmo sentido, ou seja, apelo à inteligência dos Decisores Públicos e Privados no sentido de se evitar o encerramento da Ex-Sorefame/Bombardier Portugal. Esta luta não é exclusiva de qualquer Partido Político, é uma luta de todos nós, espero que ninguém, sinceramente espero, que nenhum Partido Político tente afunilar esta luta. Reservo-me, por isso, também o direito excepcional de intervir no debate sobre este assunto tão importante. É uma luta pela defesa da Indústria Nacional e dos interesses económicos do Município e, principalmente, dos interesses Sociais dos Trabalhadores que são residentes no Município e que aqui alguns nasceram, constituíram família e aqui residem, cada um deles que fique desempregado é como se todos nós também ficássemos um pouco desempregados e por isso apelo à Assembleia no sentido da sua profunda solidariedade com todos eles que aqui hoje também se encontram presentes. Por último, quero realçar o esforço que a Câmara Municipal da Amadora, nomeadamente de acordo com empenho de todos os Vereadores, mas principalmente, dando a cara, do Senhor Presidente da Câmara que tem sido





AB  
Lit

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

incansável na defesa desta Unidade Produtiva do nosso Município. Senhores membros da Assembleia Municipal, Senhores Deputados esta era a comunicação que queria dirigir.”

De seguida conforme o estabelecido, usaram da palavra os Representantes dos Grupos Municipais do BE, PP, PSD, CDU, PS e o senhor Presidente da Câmara.

O senhor **António Santos** iniciou a sua intervenção com uma saudação de solidariedade com os Trabalhadores da Sorefame que se encontravam presentes e disse não ter ficado surpreendido, na primeira Assembleia deste ano, com a unanimidade na solidariedade com luta dos Trabalhadores da Sorefame/Bombardier, um ex-libris da Cidade com mais de 60 anos de história, que desempenhou o papel principal no desenvolvimento da Economia e desenvolvimento Industrial do País. A quantidade de Trabalhadores que manteve nos postos de trabalho durante vários anos torna a Sorefame uma referência da Cidade. Mencionou que, apesar do esforço e do apelo ao consenso feito pelo Senhor Presidente da Assembleia, acreditou que o Governo fosse responder aos anseios dos Trabalhadores da Sorefame e aos pedidos da Assembleia e de todos os Cidadãos da Amadora. Passados dois meses o Governo continua a manifestar a sua posição de querer ser o intermediário na compra da Sorefame para assegurar os Postos de Trabalho, mas nada mais tem feito. Sobre as Moções apresentadas, disse que a do PSD/CDS desresponsabiliza o Governo daquilo que fez até agora. Sobre as outras duas Moções, apelou ao bom senso de apresentar uma Proposta conjunta e dirigiu-se à CDU e ao PS para unificarem as suas Moções. Apresentou uma adenda conjunta com o Deputado Municipal Independente António Silva, que leu:

( Documento anexo à presente Acta).

O senhor **João Paulo Castanheira** referiu que o assunto é demasiado sério para determinadas tentativas de aproveitamento político e solicitou, aos intervenientes, reflexão sobre o que viesse a ser dito para evitar este tipo de situações. Mostrou grande preocupação e a mais profunda solidariedade para com os Trabalhadores da Bombardier/Sorefame. Relembrou as pessoas, o emprego dos trabalhadores, a vida de muitas famílias desta Cidade,



e também mostrou respeito pelo Património Histórico que, não sendo de esquerda nem de direita, é desta Cidade. É uma Unidade Fabril que faz parte da vida e da História recente desta Cidade e uma Empresa nuclear da estrutura Industrial não só da Amadora mas deste País. Realçou que há que continuar a fazer tudo o que estiver ao alcance da Assembleia para evitar o encerramento desta Unidade Fabril. Referindo-se à Moção apresentada pelo PSD considerou-a ser um contributo sério, enquanto a Moção do PS partidariava e dividia os interesses dos trabalhadores.

O senhor **Carlos Reis** referiu ser solidário com os Trabalhadores da Sorefame presentes em Assembleia e elogiou a forma de acção dos Trabalhadores, considerando-a irrepreensível, assim como os Sindicalistas, a Comissão de Trabalhadores e a todos aqueles que têm manifestado o seu protesto e disse não defender o Governo nem fazer aproveitamento Político/Partidário duma questão que devia ser de Estado, e da Amadora. Considerou e acreditou na Moção que foi aprovada na Câmara Municipal da Amadora, proposta pelo Senhor Presidente da Câmara, subscrevendo-a inteiramente e mostrou que não teria qualquer problema em subscrever qualquer uma das outras Moções, se isso resolvesse o problema. Sendo uma questão de emprego, uma questão de vida de Famílias e de Pessoas, salientou que a Administração da Bombardier Internacional adoptou uma estratégia de delapidação objectiva dos recursos na Empresa, adoptou uma estratégia claramente de deslocalização do seu investimento e de apropriação das Mais Valias resultantes. Salientou, também, a gravidade da situação e a necessidade de discussão deste ponto e sugeriu que a tática a manter fosse a recusa do encerramento, até para poder tentar ganhar tempo e contribuir para a força negocial dos Trabalhadores. Referiu não acreditar que exista qualquer interesse Imobiliário na Amadora, pese embora, o senhor Presidente da Câmara ter já afirmado, quanto à revisão Ordinária do PDM, que a Zona onde está a Bombardier não seria incluída no futuro Plano de Pormenor da Falagueira.





19  
glt

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor **Tremoço de Brito** mencionou que a luta que os Trabalhadores têm desenvolvido tem demonstrado seriedade na defesa deste importante Polo Industrial, não só do Concelho, mas também do País. Em várias intervenções alertaram os vários Órgãos para a situação difícil e indicaram as medidas necessárias e urgentes para a resolução do problema. Referiu que a Empresa não vai ser deslocalizada, mas sim destruída, Realçou o facto de ter sido a Empresa que no Grupo obteve mais lucros. Referiu a importância da aprovação das várias Moções em discussão e a vantagem de estarem solidários. A sua intenção é que a Empresa seja defendida, que os Trabalhadores vejam salvaguardados os seus postos de trabalho que a Economia do País não seja degradada e que este Governo, ou outros Governos, actue rápida e urgentemente, dado estar em causa a sobrevivência de milhares de famílias. Referiu que quanto á Economia de Mercado, os franceses têm Empresas destas nacionalizadas, tal como os ingleses. Deu como exemplo a situação grave da ALSTON, que é um dos grandes grupos do material onde o Governo Francês injectou mais de 300 milhões de contos para a salvar. Na Alemanha há 7 Empresas da Bombardier que para a compra do Grupo de Adtranz teve de obter autorização especial do Parlamento Europeu. Referiu a importância da não alteração do PDM naquela Zona Industrial.

Referiu a necessidade de se criar na Assembleia, face à gravidade da situação, um consenso muito alargado sobre o que é possível fazer. Concluiu afirmando que o Governo tem a possibilidade de nacionalizar a Empresa fazendo a transição para a outra Empresa que a queira comprar, salvaguardando o nosso Património.

O senhor **José Agostinho Marques** leu a sua intervenção. ( Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Presidente da Câmara** referiu que o encerramento da Bombardier é mais um contributo para maior desemprego e para os problemas Sociais no Município e Área Metropolitana. Lembrou ter sido aprovado em Câmara e em Assembleia Municipal uma Moção, por unanimidade, contra o encerramento da Unidade e contra uma revisão do PDM



que alterasse o uso dos solos dos terrenos da Bombardier. Relativamente a uma intervenção do Senhor Ministro na Assembleia da República afirmou que não se tentaria alterar o PDM da Amadora para transformar o espaço da Bombardier em negócio Imobiliário. Esta não é questão que os Operários da Bombardier precisavam de ouvir, mas sim que o Senhor Primeiro Ministro lhes garantisse que a Empresa não encerrava, que o desemprego não aumentava. O drama da Bombardier não é a revisão do PDM, mas sim o seu encerramento. Referiu que o Senhor Primeiro Ministro esteve no Canadá para abordar, com o mais alto Responsável da Bombardier, a continuação do funcionamento desta Unidade e que, aparentemente, não houve resultados. Informou que, embora não sabendo de seriam recebidos, iria com a Senhora Vereadora à residência do Senhor Primeiro Ministro procurar encontrar soluções e dizer ao Governo o quanto é importante esta Unidade e a sua manutenção em funcionamento.

O senhor **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições e pediram a palavra os senhores Carlos Reis, Quadrado Rego, Manuel Vieira.

O senhor **Carlos Reis** dirigiu a palavra ao senhor Presidente de Câmara referindo que, do ponto de vista legal, o PDM não tem de ser rectificado por qualquer Conselho de Ministros e que levar o assunto à Assembleia da República é procurar protagonismo. Contestou a opinião de que há alguma estratégia do Governo para levar os Trabalhadores a rescindirem os contratos para que a Bombardier encerre, e esteja interessado no aumento do desemprego. Referindo-se às Moções disse que retiraria a Moção do PSD se fosse também retirada a do PS, e que não teria qualquer problema em votar a Moção do PC.

O senhor **Quadrado Rego** solicitou que a sua intervenção fosse transcrita na íntegra.

“ Boa noite Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Exm<sup>o</sup>. Público. Eu gostava de estar hoje na Assembleia da mesma forma que estou nas outras





AB  
grat

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

quando aqui venho, mas infelizmente a situação é diferente, logo a minha postura, o meu sentimento, também é diferente, porque estamos aqui por uma causa que já aqui foi debatida, continuamos a debatê-la e que parece-me que estamos todos unânimes no ponto de vista em que a viabilidade, a futura viabilidade da Bombardier, está condenada a terminar brevemente, oxalá que assim não fosse, gosto e queria continuar a alimentar essa esperança, mas, parece-me que todos somos aqui unânimes no pensamento em que não estão criadas e nunca foram criadas, até agora, não se venha dizer que é agora que estamos em condições de salvar a Bombardier e de arranjar a solução para a Bombardier quando já devia ter sido feito assim há pelo menos um ano, pelo menos há um ano a esta parte. Eu queria aqui dizer o seguinte, eu sinto-me à vontade para dizer isto que vou dizer e ouvi aqui um jovem Deputado falar sobre a Sorefame, permita-me que lhe diga isto, Senhor Deputado pense naquilo que disse, não conhece a Bombardier, não conhece os problemas da Bombardier, e porque é que eu estou à vontade para falar nisto, mas eu também tenho respeito pelos Jovens e gosto de aprender com eles, mas também não fica mal alguém mais novo aprender com os mais velhos, peço perdão por eu estar a falar assim, mas penso que é isto que nós devemos tratar em Sede própria, porque a Sorefame também me diz respeito, não nos últimos anos em termos funcionais, mas foi a primeira Empresa onde eu trabalhei quando vim, quando procurei outras paragens, quando vim da Província para a Cidade, foi a primeira Empresa onde eu trabalhei durante três anos e sabe quantos Trabalhadores lá trabalhavam quando eu lá trabalhei? Quatro mil, quatro mil Trabalhadores, porque a Sorefame, a ex-Sorefame não faz apenas material circulante, foi reduzindo aquilo que devia fazer, as grandes Barragens Nacionais e Internacionais foram construídas pela Sorefame, o material eléctrico, os motores, os termomotores que eram colocados nas Barragens para produzir a electricidade eram construídos pela Sorefame, as grandes esferas que foram construídas para as Empresas Petrolíferas que estavam ali em Cabo Ruivo e que hoje estão ali junto à Azambuja foram construídas pela Sorefame, a Sorefame não é só material circulante, foi muito mais coisas do que isso, por isso estou à vontade para falar nisto, porque conheci, de raiz, o que era o trabalho na Sorefame e os milhares de trabalhadores que lá empregava, o sustento que, porque não é por quatro mil Trabalhadores, assim como hoje não é para 500 Trabalhadores, porque 500 Trabalhadores



têm, pelo menos, a sua esposa e têm pelo menos um filho ou dois a sustentar, porque as idades que estão ali são entre quarenta a cinquenta anos e, naturalmente, a maior parte daquelas famílias ainda têm consigo o seu agregado familiar que têm que sustentar, portanto, se fizermos as contas são duas mil pessoas que estão aqui a ser postas em causa por aquilo que se pretende fazer. Portanto, eu estou à vontade para defender isto porque penso, para mim não conta o Governo, Senhor Deputado, ou Senhores Deputados, não é o Governo propriamente em si, porque eu acho que o Governo é legítimo, o Governo que está a governar Portugal é legítimo, nós vivemos num Estado de Direito e foi o Governo saído de eleições Democráticas realizadas em Março de 2001, 2002 desculpem, portanto, não é isso que eu ponho em causa, o que não é legítimo é aquilo que este Governo tem feito ao longo destes dois anos, isso é que não é legítimo, não é por em causa o Governo, acho que os Governos são eleitos para governar, mas governem favoravelmente a quem trabalha e aos Povos que representam, é isso que eu condeno, porque este Governo, em meu entender, tem falado, e agora ultimamente, no acessório e tem ignorado o essencial, o essencial é arranjar formas, era ter arranjado formas para dar continuidade aos empregos que estão ainda na Sorefame, àqueles que restam, porque não é possível falar-se em melhorar a Economia, não é possível a retoma da Economia sem haver investimentos, este Governo, o último ano cortou os investimentos, cortou os investimentos, portanto como é que se retoma a Economia cortando os investimentos, como é que se retoma a Economia havendo cada vez mais desemprego, a política deste Governo não tem sido uma política de emprego, tem sido uma política de desemprego, porque aquilo que nós estamos aqui hoje a discutir é a Bombardier da Amadora, mas há um ano a esta parte já passaram por discussões desta natureza centenas de Bombardiers a nível Nacional, centenas de Bombardieres a nível Nacional, e é isso que nós temos que fazer uma retrospectiva, não analisando só, é evidente que este problema diz respeito a nós aqui localmente, mas analisando anteriormente tudo aquilo que se tem passado a nível de desemprego, porque são centenas de Empresas a fecharem durante o ano, então estes milhares de Trabalhadores vão levantar lá uma retoma de Economia quando se pretende fazer crer, mandando Trabalhadores consecutivamente para o desemprego, não pode ser, de maneira nenhuma, não há Economista nenhum que tenha, eu não sou Economista, mas sei





19  
e Al

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

avaliar isto, não há Economista nenhum que defenda que criando mais desemprego, não havendo investimento, que se retoma a Economia num País, é impossível. Esta questão das Moções que estão aqui, eu quero dizer o seguinte e é a posição que tomo sobre as Moções, podemos discutir as Moções todas que aqui apareçam, podemos estar ou não estar de acordo com o conteúdo de uma ou com o conteúdo da outra, porque nós temos que fazer mais que aquilo que é uma Moção. Moções aprovam-se todos os dias em qualquer local, é preciso é, de facto, fazer e levar a sensibilidade a quem pode tomar medidas para salvar estes postos de trabalho e esta Empresa para que, de facto, essa eficácia seja posta ao serviço dos Trabalhadores, não basta aprovar uma Moção, não basta estar de acordo com uma, mais com uma e menos com outra, não é isso que vai resolver o problema dos Trabalhadores, é sermos capazes, e como aqui disse e vou dizer aqui ao Senhor António Tremoço, membro desta Assembleia...

Nota: Mudança de cassete

...e se calhar há muita gente dos mais novos que não conheceram, as eu felizmente conheci o que era o grande polo industrial da Venda Nova que sustentava milhares e milhares de famílias. Hoje, maior parte das empresas encerraram e outras foram obrigadas a deslocarem-se para outros locais.

Hoje, o polo industrial da Venda Nova, máximo dos máximos, tem 20 % de indústria e mais pequena do que com que teve nos outros tempos.

Temos que recuar no tempo para saber o que é que foi, o que é que eram as políticas anteriormente e como é que estão a ser hoje, como disse no princípio eu conheço esta história. Portanto, não podia estar de forma alguma a pôr outras objecções que não fossem a defesa intransigente da continuidade destes postos de trabalho, porque nós penso que, como dizia aqui, não basta a Moção, tem haver medidas concretas, tem que haver respostas urgentes para se pôr isto a funcionar. E queria dizer mais, senhor deputado António Tremoço, que quando precise e quando me seja comunicado eu estarei na rua consigo e com os trabalhadores da Bombardier, tal como já fiz, como a Junta já fez, a cedência do autocarro para os trabalhadores se deslocarem a Lisboa, quando for necessário o autocarro está à vossa disposição e eu estarei com vocês na rua, ou seja aonde for, por que, como já o disse e não



vou fazer mais adjectivos sobre essa matéria, que tenho acompanhado o que tem sido as dificuldades dos trabalhadores da Bombardier.

Eu penso que não iria fazer muito mais considerações, só deixava aqui um apelo, mas infelizmente a bancada do PSD e do PP ausentaram-se, porque eu queria fazer aqui um apelo. É que independentemente das vossas posições, independentemente de vocês serem deputados municipais que apoiam o Governo. Esqueçam isso. então vamos para a realidade.

Apoiem a luta dos trabalhadores da Bombardier e votem as Moções que aqui estão e façam para que de facto chegue essa sensibilidade ao Governo para que amanhã ou noutro dia sejam tomadas medidas e postas cá fora, em que possa vir dizer aos trabalhadores da Bombardier, vamos salvar a Bombardier, mas com clareza e não com coisas escondidas.

O senhor **Manuel Vieira** lamentou a ausência da bancada dos eleitos do PSD e do PP por as questões em debate serem dirigidas aos partidos no Governo.

Salientou uma intervenção do senhor Ministro Carmona Rodrigues onde referiu que com a vinda do T.G.V seriam criados 90 mil postos de trabalho e haveria grandes encomendas, para o material circulante, o que não é coerente com a perspectiva de encerrar a única empresa que no país faz material circulante e faz supor que esse material será comprado à Espanha ou à Bombardier da Alemanha, contribuindo para que cada vez mais a estrutura produtiva do país vá sendo canalizada para o estrangeiro. Referiu que a Moção da CDU, assim como outras apresentadas, é no sentido de se encontrar um meio de exigir do Governo uma forma de garantir a continuação da produção na Sorefame e expressar a solidariedade com os trabalhadores e estar com a sua luta.

O Senhor **Eduardo Rosa** referiu que esta situação grave atinge particularmente as freguesias da Falagueira e da Venda Nova, existindo muitos trabalhadores da Sorefame que estão na iminência e na expectativa de irem para o desemprego, com o agravamento dos problemas familiares e sociais na freguesia. Referiu, com mágoa e consternação pessoal, o seu progressivo esvaziamento, como um balão se tratasse.





AB  
Jul 16

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Referiu que há que apontar responsabilidades. A Câmara Municipal e Assembleia de Freguesia têm chamado a atenção do Governo para a necessidade de intervir. O Governo tem demonstrado um autismo absoluto, contudo, é o Governo quem tem competência, e instrumentos, para resolver em tempo útil este problema.

O senhor **António Tremoço de Brito** referiu que, em termos industriais, será pesados para o país viver-se de história e não de outras situações diferentes, dando como exemplo a Alemanha, onde há sete empresas da Bombardier e o Governo Alemão já afirmou que não vai deixar fechar nenhuma. Os suecos estão a fazer mesma coisa. Se os Governo defendem as empresas que têm no seu país o Governo Português tem que tomar medidas e actuar rapidamente.

Quanto ao Metro do Porto, referiu que tudo indica que é a Bombardier que vai ganhar e que para o Metro de Lisboa não será necessário concurso internacional. Referiu que esta empresa é importante para a economia do país, não apenas pelos postos de trabalho, e deveria ser defendida pelo Governo.

O senhor **António Andrade** expressou solidariedade com os trabalhadores da Bombardier e referiu que a questão tem tanto de natural como de intencional. Não existindo intervenção do Estado deixa-se o destino das empresas e unidades produtivas ou industriais ao sabor dos interesses particulares. Referiu ser necessário exigir uma revisão daquela que tem sido a política de privatizações em Portugal, para que essa política seja diferente da executada até hoje. Quanto ao âmbito de uma política nacional e regional de transportes, referiu ser necessário privilegiar o transporte ferroviário, com as consequentes vantagens quer ambientais quer económicas, sendo prioritária a exigência de que rapidamente se impeça o encerramento da Sorefame e se garanta o seu futuro mediante políticas sectoriais e particulares, seguidas de uma política nacional de transporte que privilegie o transporte ferroviário. Referiu que a Moção que fosse aprovada em Assembleia não poderia deixar de responsabilizar os que podiam ter feito de facto alguma coisa e não o fizeram, ou seja o Governo Português.



O senhor **Talento Marques** mostrou preocupação face à situação da Sorefame e dos seus trabalhadores que se encontram perante uma situação de perda do seu posto de trabalho. Referiu que nas intervenções anteriores todos apontaram como solução deste problema a obrigatoriedade do Governo intervir. Discordando dessa posição, salientou que a culpa da Sorefame eventualmente poder fechar não era do Governo, mas sim da Bombardier que deve alterar a posição, uma vez que nenhum Governo quereria ter o ónus de nada ter feito para resolver a situação.

Apelou para a união unicamente com o objectivo de ajudar o Governo e não para retirar dividendos, sejam eles políticos ou de outra espécie.

O senhor **Agostinho Marques** informou que iria apresentar um texto que foi aceite por todas as forças políticas e procedeu à sua leitura:

(Documento anexo à presente Acta)

O senhor **Carlos Reis** referiu que o acordo sobre o texto de Moção foi no sentido de incluir as conclusões da Moção da Câmara cujo ponto 2 tinha sido alterado.

O senhor **Tremoço de Brito** disse que deveria haver uma clarificação do texto porque quando se diz que “o Metro do Porto remetiam automaticamente para a produção de unidades no estrangeiro”, que não era correcto, mesmo que tudo indicava que quem ganhava o concurso seria a Bombardier.

Na sequência das intervenções dos senhores Carlos Reis e Tremoço de Brito foi proposta a seguinte redacção para o ponto 2:

“Insistir junto do Governo para que todas as medidas conducentes à construção, manutenção e actualização tecnológica na Amadora e nas actuais instalações da Bombardier, de um sector industrial indispensável à modernização do transporte ferroviário”.





AB  
for Lit

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O senhor **Presidente da Câmara** realçou o consenso sobre a Moção e lembrou que existiu uma proposta de Recomendação do PSD.

Referiu que Recomendação e Moção são duas coisas diferentes e considerando o consenso sobre a Moção apelou a que o PSD ponderasse em retirar a proposta de recomendação.

O senhor **Carlos Reis** informou que a proposta de Recomendação seria retirada, ressalvando que em momento adequado poderia voltar ao assunto.

O senhor **Presidente da Assembleia** manifestou satisfação por haver consenso e passou à votação, sendo a Moção aprovada por unanimidade com 37 votos.

O senhor **António Tremoço** interveio para informar que no dia seguinte iriam à residência oficial do Primeiro Ministro, não sabendo se seriam recebidos. Informou que a deslocação sairia da Amadora, da zona industrial às 9 horas. Referiu que, como fabricam comboios, iriam de comboio para o Rossio e do Rossio para Carmo até à residência oficial do Primeiro-Ministro. Salientou que mais uma vez iriam dizer aquilo que sempre disseram, e exigir que rapidamente se altere a situação na Bombardier.

O senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a Sessão Extraordinária de Fevereiro às 00.04 horas.

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Maria Arlete Rocha Rodrigues, 1º Secretário, que a redigiu.

António Tremoço  
Maria Arlete Rocha Rodrigues